



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002507-03.2022.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE OBRAS, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS GERAIS

ASSUNTO: Prorrogação do Contrato nº 23/2023 e do Contrato nº 31/2023 - Fornecimento e Instalação de Sistemas de Geração de Energia Solar Fotovoltaica e Subestações Abridgadas, conectada à rede, do tipo *on-grid*, para atender às necessidades do TRE-RO. Análise

PARECER JURÍDICO Nº 170 / 2025 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I - RELATÓRIO

01. Trata-se de solicitação da Assessoria de Engenharia - ASSENGE, veiculada na Solicitação nº 80/2025 - ASSENGE (1440253), que requer a prorrogação dos Contratos nº 23/2023 (1075099) e nº 31/2023 (1094125), firmados entre o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO) e a empresa VOLTBRASIL ENERGIA SOLAR LTDA, CNPJ nº 26.795.225/0001-75. Os contratos têm por objeto o fornecimento e a instalação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo *on-grid*, e subestações abrigadas, para atender às necessidades do TRE-RO.

02. A referida solicitação fundamenta-se no item 8 da Cláusula Sétima de ambos os contratos, em que se indica a necessidade de prorrogação dos prazos de vigência para manutenção e monitoramento. Dessa forma, a ASSENGE solicita a prorrogação contratual por mais 360 (trezentos e sessenta) dias para ambos os contratos.

03. Conforme o referido pleito da ASSENGE (1440253), intenta-se o aditamento aos contratos, com a finalidade de alterar os seguintes elementos:

I - Contrato nº 23/2023:

a) Prazo de vigência: Prorrogar por mais 360 (trezentos e sessenta) dias, conforme item 8 da Cláusula Sétima do contrato, estendendo a vigência de 08/12/2025 até 07/12/2026.

II - Contrato nº 31/2023:

a) Prazo de vigência: Prorrogar por mais 360 (trezentos e sessenta) dias, conforme item 8 da Cláusula Sétima do contrato, entendendo a vigência de 24/01/2026 a 23/01/2027.

04. A unidade gestora do contrato assevera que a medida mostra-se necessária a fim de descontinuidade nos serviços e assegurar estabilidade e previsibilidade no atendimento das demandas energéticas do Tribunal.

05. O Despacho nº 2827/2025 (1440361), proferido pelo Secretário da SAOFC, deu prosseguimento ao pedido e encaminhou os autos à COFC para programação orçamentária da despesa, à SECONT para elaboração da minuta do termo aditivo e, posteriormente, à AJSAOFC para análise e emissão de parecer jurídico.

06. Dessa forma, a SECONT apresentou as minutas do:

a) 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 23/2023 (1442127);

b) 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 31/2023 (1442128).

07. Por fim, a COFC informou (Informação nº 247/2025 - COFC, evento 1441073) que não se faz necessária a realização de programação orçamentária, na medida em que não haverá reflexos financeiros no contrato. Assim, encaminharam-se os autos (Remessa nº 406/2025 - SECONT, evento 1442129) a esta AJSAOFC para análise e emissão de parecer.

É o relatório.

II - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

08. Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos até a presente data.

09. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO nº 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia - TRE/RO.

10. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos

autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

11. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

12. De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

III - ANÁLISE JURÍDICA

3.1 Preliminarmente: Da aplicação dos regimes jurídicos da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/2002 ao contrato celebrado neste processo:

13. A presente contratação encontra-se instruída e autorizada pelas regras da Lei nº 10.520/2002 (Lei do Pregão) com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos), consoante se verifica no Despacho nº 168/2023 (0981051), da lavra da Diretora-Geral. Não obstante as normas das referidas leis tenham sido revogadas em 31/12/2023, tem-se como certo que os Contratos nº 23/2023 (1075099) e nº 31/2023 (1094125) continuarão regidos pelas regras previstas na legislação revogada de acordo com a redação do art. 190 da Lei nº 14.133/2021.

14. Nessa linha, a análise das questões jurídicas afloradas neste processo, a saber, possibilidade de prorrogação dos prazos de execução e de vigência dos contratos, será realizada sob o regime da referida legislação de regência dos atos do certame e dos contratos, posto que afastadas as regras da novel Lei nº 14.133/2021 em função da aplicação do dispositivo citado dessa norma.

3.2 Da Possibilidade Jurídica da Prorrogação Contratual:

15. Conforme já relatado, a Contratada requer a prorrogação da vigência dos contratos originários, em função da necessidade de monitoramento e acompanhamento, após recebimento definitivo das instalações realizadas no imóvel do TRE-RO.

16. Nessa esteira, a prorrogação pretendida encontra amparo legal no art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, que assim versa:

***Art. 57.** A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:*

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

17. De notar-se que os instrumentos contratuais, que regulam a avença *sub examine*, dispõem, ambos, em sua CLÁUSULA SÉTIMA:

CLÁUSULA SÉTIMA - Este Contrato terá vigência pelo período de até 600 (seiscentos) dias corridos, a contar da última assinatura das partes contratantes via Sistema Eletrônico de Informação - SEI do TRE-RO, podendo ser prorrogado, com base no artigo 57, §1º, da Lei n. 8.666/93, de acordo com a tabela abaixo:

(...) 8. Após o recebimento definitivo de cada contrato, inicia-se a manutenção e monitoramento em todos os sistemas, equipamentos, acessórios, peças e demais componentes, que terá a duração de 360 (trezentos e sessenta) dias corridos.

18. Na verdade, a leitura atenta dos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93, não revela uma situação em que o prazo de vigência do contrato deva ser estendida para compreender o tempo necessário para a execução de todas as obrigações nele previstas. A razão da ausência dessa previsão se deve ao fato de que, desde o início os prazos de vigência deveriam ter acrescentado o prazo de 360 dias previsto para as atividades de monitoramento e acompanhamento dos serviços executados. Por lapso, não o fez. Tampouco as prorrogações de prazos de vigência e execução registradas nos respectivos termos aditivos

juntados nos eventos 1369985 e 1369986 consideraram essa situação específica.

19. Contudo, entende-se que a obrigação de manutenção e monitoramento em todos os sistemas, equipamentos, acessórios, peças e demais componentes, que terá a duração de 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, estabelecida pelo item 8 da Cláusula Sétima e pelo item 25 da Cláusula Décima Quinta dos contratos **não** se extingue pela verificação do termo final do prazo de vigência do contratos. Tal obrigação, exigida expressamente nas regras dos dois contratos em análise, continua plenamente exigível. Isso porque, apesar de ligada à obrigação principal do contrato administrativo, com ela não se confunde; é, na verdade, uma obrigação secundária. Nesse sentido:

A garantia técnica é um *plus*, um benefício concedido pelo fornecedor-direto (vendedor do bem ou prestador do serviço) ou pelo fornecedor indireto (fabricante do produto) (MARQUES, 1992, p. 205). A finalidade é assegurar, por determinado período, padrão de qualidade adequado, segurança, durabilidade e desempenho de certo bem ou serviço contratado. Por isso, constitui uma obrigação futura, que será exigida se a Administração verificar algum defeito no produto entregue pelo contratado.

(...)

Logo, a vigência do contrato não deve incluir o prazo de garantia técnica. Na verdade, a vigência contratual extingue-se com a finalização da execução do objeto, o recebimento e o consequente pagamento. Já o prazo de garantia técnica vai permanecer, mesmo com a entrega definitiva do objeto, relativamente às obrigações secundárias surgidas do contrato. (...) <https://zenite.blog.br/a-desvinculacao-do-prazo-de-vigencia-do-contrato-do-periodo-de-garantia-tecnica/>.

20. Todavia, deve-se considerar sobretudo que as atividades de monitoramento e acompanhamento dos serviços executados são remuneradas e abrangem 2,5% dos valores de cada contato, conforme tabela inserta no item 2 da Cláusula Quinta. Dessa forma, é certo que ocorrerão pagamentos no decorrer desses serviços. Assim, entende-se que o ato oneroso deva mesmo estar disciplinado em contrato formal e vigente de acordo com o § 1º do art. 54 da Lei nº 8.666, de 1993.

21. Assim, tem-se como certo que **ocorreu de fato um erro material** já que, por lapso, não foi incluída na vigência dos contratos o período compreendido para a execução de parte dos serviços representados pelo monitoramento e acompanhamento dos demais serviços contratados. Embora essa situação não esteja prevista no rol do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93 das causas ensejadoras de alteração de prazos de execução e vigência, tem-se que a medida pode ser adotada por dois fundamentos.

22. O primeiro é que a Administração Pública, independentemente de acionamento do Poder Judiciário, **deve emendar seus atos quando eivados de erro** ou anulá-los quando ilegais, com fulcro no **Princípio da Autotutela**, conferido pelas Súmulas nº 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal. Este reexame não configura uma faculdade e sim um encargo, haja vista que a Administração está vinculada ao Princípio da Legalidade, nesse sentido, **Maria Sylvia Zanella Di Pietro** leciona que, se a Administração Pública está sujeita à lei, cabe-lhe, evidentemente, o controle da legalidade.

23. Desta maneira, esta Assessoria entende que, em observância ao **Princípio da Legalidade**, a correção do erro material descrito mostra-se não apenas possível - por não contrariar os princípios regedores do Direito Administrativo - como também imperiosa. Em sintonia, o Princípio da Autotutela, amparado pelas Súmulas 346 e 473 do STF, confere a prerrogativa à Administração Pública para modificar, unilateralmente, os contratos administrativos visando à adequação às finalidades de interesse público. Assim, a Administração tem mesmo o dever de retificar os contrato em análise de modo a corrigir o erro material por meio da adoção do contrato formal para disciplinar todas as obrigações das partes, na forma do § 1º do art. 54 da Lei nº 8.666, de 1993.

24. O segundo é que se tratam de **contratos administrativos de escopo**, classificação utilizada para distingui-los dos denominados contratos de execução continuada. De acordo com essa diferenciação, de *escopo* seriam aqueles contratos que *"impõem à parte o dever de realizar uma conduta específica e definida, de forma que, uma vez cumprida a prestação, o contrato se exaure"*. Já nos contratos de execução continuada, as obrigações se renovam no tempo, não havendo uma só obrigação específica e definida, a ser cumprida em determinado prazo, de forma que, após o adimplemento, viesse a ficar o devedor liberado do ajuste. De outro modo, nos contratos de execução continuada, o serviço é prestado enquanto o contrato existir; diversamente, nos contratos por escopo, o que interessa é a conclusão do objeto, sendo o prazo elemento acessório, condicionado ao cumprimento total do objeto.

25. Segundo o entendimento doutrinário esposado pelo eminente administrativista Marçal Justen Filho (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 13ª edição. São Paulo: Dialética, 2009, p. 195.), enquanto no contrato de escopo "o prazo de vigência se destina a delimitar o período de tempo para a execução da prestação pela parte", nos de execução continuada "o prazo de vigência destina-se a estabelecer o período de tempo durante o qual a contratação produzirá efeitos".

26. Nesse sentido, cita-se passagem do **Acórdão TCU nº 1674/2014 - Plenário**:

16. Quanto à legalidade da retomada do contrato após a sua paralisação, é certo que se pode considerar o contrato de obras públicas como um 'contrato por escopo', cuja extinção só se dá com a conclusão do objeto.

17. Conforme o Tribunal já asseverou em situação similar: 'não havendo motivos para a cessação prévia do ajuste, a extinção do contrato firmado (...) operar-se-ia apenas com a conclusão de seu objeto e recebimento pela Administração (...) - (Decisão nº 732/1999-Plenário - destaques acrescidos).

18. Ademais, recentemente, o Tribunal admitiu a recuperação de contrato após a sua paralisação."

27. Destarte, de acordo com entendimento também pacificado neste Tribunal, os contratos de escopo podem ter seus prazos estendidos para possibilitar o total cumprimento de seu objeto, com o devido

registro do ato em termo aditivo. Destaca-se ainda que, quando o objeto não for concluído no período firmado no contrato, deve ser registrado nos autos as ocorrências supervenientes que ocasionaram a não conclusão da obra ou do serviço, com manifestação dos gestores e deliberação da autoridade competente, sem prejuízo de eventual apuração de responsabilidade.

28. Dessa forma, dado que o período no qual deverão ser prestadas as atividades de monitoramento e acompanhamento dos serviços executados, apenas em decorrência de erro material não foi incluída na vigência dos contratos, por certo deverá sê-lo por meio de termo aditivo haja vista que o objeto do contrato somente estará integralmente executado quando todos os serviços que o compreendem foram efetivamente prestados na forma e condição previstos nos ajustes.

29. Assim, conclui-se pela **possibilidade jurídica de prorrogação dos prazos de vigência** dos Contrato nº 23/2023 nº 31/2023, por mais 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, com fundamento nas **Súmulas 346 e 473 do STF**, que confere a prerrogativa à Administração Pública para modificar unilateralmente os contratos administrativos visando à adequação às finalidades de interesse público, como forma de incluir os prazos para a execução dos serviços de monitoramento e acompanhamento na vigência do contrato formal que disciplinar todas as obrigações das partes, na forma do **§ 1º do art. 54 da Lei nº 8.666, de 1993**. A prorrogação dos contratos de escopos também como fundamento o fato de os contratos analisados serem classificados como de escopo, no qual a extinção se dá com a conclusão do objeto, sendo o prazo elemento acessório, condicionado ao cumprimento total do objeto. Nesse sentido: **Acórdão TCU nº 1674/2014 - Plenário**.

3.3 Da Análise da minuta do Termo Aditivo:

30. Como relatado, juntou-se aos autos as minutas do Termo Aditivo nº 03 (1442127) ao Contrato nº 23/2023 e do Termo Aditivo nº 02 (1442128) ao Contrato nº 31/2023 para o registro da prorrogação de prazos indicados pela gestão do contrato, já analisada na seção anterior deste parecer. Assim, resta a esta unidade jurídica a sua análise formal para verificação da adequação de suas regras à realidade fática e jurídica que se pretende regular, o que se fará adiante:

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 23/2023

TÍTULO E PREÂMBULO: redação adequada;

CLÁUSULA PRIMEIRA (DO OBJETO)

Item 1, alínea “a” - Registra a prorrogação do prazo de vigência do contrato original por mais 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias a partir de 08/12/2025, com termo final em 07/12/2026: **redação adequada**. Embora a prorrogação esteja sendo realizada para abarcar o período de manutenção e monitoramento dos sistemas, com duração de 360 (trezentos e sessenta) dias corridos que será iniciado a partir da nova data estabelecida para a execução dos serviços e, conseqüentemente, do recebimentos definitivos, não há qualquer irregularidade na nova vigência do contrato com prazo superior ao referido período de manutenção e monitoramento.

Subcláusula Primeira - Indica que as informações sobre o objeto do aditamento estão na Solicitação nº 80/2025 - ASSENTE (1440253): **redação adequada**.

Subcláusula Segunda - Indica que o histórico da contratação consta no Anexo I: **redação adequada**.

CLÁUSULA SEGUNDA (DO VALOR) - Indica que o aditamento não possui efeitos financeiros: **redação adequada**.

Subcláusula única - Indica o valor atualizado do contrato para base de cálculo a respeito de eventuais supressões ou acréscimos: **redação adequada**.

CLÁUSULA TERCEIRA (DA GARANTIA) - Indica a necessidade de que a garantia prestada acompanhe a vigência contratual: **redação adequada**.

CLÁUSULA QUARTA (DO FUNDAMENTO LEGAL) - Indica a fundamentação do aditamento: **redação adequada**.

CLÁUSULA QUINTA (DA RATIFICAÇÃO) - Ratifica os demais termos do contrato: **redação adequada**.

CLÁUSULA SEXTA (DA PUBLICAÇÃO) - Registra a divulgação do ato no PNCP e no sítio oficial do TRE-RO na internet, sem prejuízo da publicação DJe-RO: **redação adequada**.

ANEXO I - Registra o histórico dos eventos do contrato: **redação adequada**.

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 31/2023

TÍTULO E PREÂMBULO: redação adequada;

CLÁUSULA PRIMEIRA (DO OBJETO)

Item 1, alínea “a” - Registra a prorrogação do prazo de vigência do contrato original por mais

365 (trezentos e sessenta e cinco) dias a partir de 24/01/2026, com termo final em 23/01/2027: **redação adequada. Vide nota lançada quando da análise do item correspondente no contrato nº 23/2023.**

Subcláusula Primeira - Indica que as informações sobre o objeto do aditamento estão na Solicitação nº 80/2025 - ASSENTE (1440253): **redação adequada.**

Subcláusula Segunda - Indica que o histórico da contratação consta no Anexo I: **redação adequada.**

CLÁUSULA SEGUNDA (DO VALOR) - Indica que o aditamento não possui efeitos financeiros: **redação adequada.**

Subcláusula única - Indica o valor atualizado do contrato para base de cálculo a respeito de eventuais supressões ou acréscimos: **redação adequada.**

CLÁUSULA TERCEIRA (DA GARANTIA) - Indica a necessidade de que a garantia prestada acompanhe a vigência contratual: **redação adequada.**

CLÁUSULA QUARTA (DO FUNDAMENTO LEGAL) - Indica a fundamentação do aditamento: **redação adequada.**

CLÁUSULA QUINTA (DA RATIFICAÇÃO) - Ratifica os demais termos do contrato: **redação adequada.**

CLÁUSULA SEXTA (DA PUBLICAÇÃO) - Registra a divulgação do ato no PNCP e no sítio oficial do TRE-RO na internet, sem prejuízo da publicação DJe-RO: **redação adequada.**

ANEXO I - Registra o histórico dos eventos do contrato: **redação adequada.**

31. Face a análise detalhada no item anterior, verifica-se que os dados registrados na minutas atualizadas trazidas ao processo pela SECONT nos eventos 1442127 e 1442128 encontram-se em conformidade com os fundamentos deste parecer jurídico e de acordo com os dados informados pela gestão do contrato, sobre os quais esta unidade jurídica, repita-se, não tem competência para se manifestar. Assim, verifica-se que, sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da do art. 55 da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara.

IV - CONCLUSÃO

32. Nesses termos, considerando, sobretudo, a manifestação da ASSENTE (1440253), esta unidade jurídica opina:

I - Pela possibilidade jurídica de prorrogação dos prazos de vigência dos Contratos nº 23/2023 nº 31/2023, por mais 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, com fundamento nas **Súmulas 346 e 473 do STF**, que confere a prerrogativa à Administração Pública para modificar unilateralmente os contratos administrativos visando à adequação às finalidades de interesse público, como forma de incluir os prazos para a execução dos serviços de monitoramento e acompanhamento na vigência do contrato formal que disciplinar todas as obrigações das partes, na forma do **§ 1º do art. 54 da Lei nº 8.666, de 1993**. A prorrogação dos contratos de escopos também como fundamento o fato de os contratos analisados serem classificados como de escopo, no qual a extinção se dá com a conclusão do objeto, sendo o prazo elemento acessório, condicionado ao cumprimento total do objeto. Nesse sentido: **Acórdão TCU nº 1674/2014 - Plenário**. Novos prazos pactuados:

a) Contrato nº 23/2023 - alteração do prazo de vigência: prorrogar por mais 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, conforme item 8 da Cláusula Sétima do contrato, estendendo a vigência de 08/12/2025 até 07/12/2026.

b) Contrato nº 31/2023 - alteração do prazo de vigência: prorrogar por mais 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, conforme item 8 da Cláusula Sétima do contrato, entendendo a vigência de 24/01/2026 a 23/01/2027.

II - Caso deferida a prorrogação nos moldes que constam deste parecer e dado o dever de a contratada manter as garantias contratuais atualizadas, em cumprimento à CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA do Contrato Administrativo nº 23/2023 e do Contrato Administrativo nº 31/2023, na forma da CLÁUSULA TERCEIRA dos Termos Aditivos, essa deverá renová-las no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura dos respectivos instrumentos. Sobre essa obrigação, orienta-se ainda à gestão do contrato:

a) sobre a apólice juntada no evento 1427144, **atrelada ao Contrato nº 23/2023**, nota-se a sua vigência até 10/07/2020, data que contempla o novo prazo de vigência do contrato que será alterado para 07/12/2026: Como os valores do contrato não estão sendo alterados pelo novo aditivo proposto, **verificar** se a referida apólice já é idônea para a manutenção da caução contratual ou se demandará atualização;

b) sobre a apólice juntada no evento 1427145, referente ao Contrato nº 31/2023, com vigência até 07/07/2026: neste caso, para a manutenção da caução contratual, haverá necessidade de solicitar a atualização da apólice que deverá ter novo termo final em 23/01/2027;

c) ainda sobre os prazos das garantia: de acordo com a Cláusula Sétima, os prazos de vigência de ambos os contratos são de 600 dias. Contudo, a redação do item 6 da Cláusula Décima Primeira estabelece que a validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período de vigência contratual de **60 (sessenta) meses**. Talvez por isso haja uma garantia como prazo de vigência até 2030. Orienta-se à gestão do contrato que esclareça essa situação com registro no processo.

III - Como já registrado no relato deste parecer, a COFC informou no evento 1441073 que **não se faz necessária a realização de programação orçamentária**, na medida em que não haverá reflexos financeiros no contrato.

33. Quanto às minutas dos termos aditivos juntadas aos autos (1442127 e 1442128), sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração. Assim sendo, para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria jurídica APROVA os seus termos, observando a recomendação contida no item 29 deste Parecer.

À consideração da unidade superior.



Documento assinado eletronicamente por **LILIAN RAFAELI DUTRA SILVEIRA, Analista Judiciário**, em 28/11/2025, às 15:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 28/11/2025, às 15:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1444727** e o código CRC **7E3CB672**.